

# UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE NARRATIVAS DO “EU” SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.

Danielle Brito da Cunha (UFRN)  
professoradanibrito@gmail.com

Considerações Iniciais:

Esta comunicação pretende esboçar uma análise crítica com base nas “narrativas do ‘eu’” (BAJOIT, 2008). Essas narrativas são exclusivamente relatos de mulheres que sofreram agressão física por parte de algum membro da família. Dessa forma, procuraremos mostrar como se constrói as esferas identitárias em um contexto de violência e de relações de poder que se dão no âmbito social, espaço no qual seus diversos agentes podem atuar a partir de lugares sociais, políticos e ideológicos.

Não há como realizar uma análise refinada sem passar pela consideração desses aspectos imbuídos nos discursos, por se tratar de relatos reais, entendemos que esses depoimentos trouxeram a pauta alguns questionamentos pertinentes acerca da construção identitária dos sujeitos em nossa sociedade líquida (BAUMAN, 2005). Apreendemos, dessa forma, que essa comunicação se insere no domínio da Linguística Aplicada na qual há um deslocamento fronteiro dos campos de estudo, lançando-se aos desafios epistemológicos de um campo híbrido e território dinâmico das Ciências da Linguagem.

Para ancorar nossa investigação, recorreremos às propostas de três teóricos: a do sociólogo Guy Bajoit (2008) com o estudo sobre a questão do sujeito e das identidades; Pedrosa (2011-2012), com a Abordagem Social Comunicacional do Discurso (ASCD), corrente que se situa na Análise Crítica do Discurso, especificamente com as problematizações pertinentes ao sujeito e sua constituição no discurso, e Halliday (2000), com a Linguística Sistêmico-funcional, para nos dar suporte com a materialidade linguística.

Com a finalidade de traçar à lógica dos sujeitos nas narrativas do “eu”, o corpus será constituído por três depoimentos retirados de sites de ONG que prestam serviços às mulheres que sofreram algum tipo de violência por parte de parentes próximos. Baseados nesses textos, buscaremos: a) estabelecer a construção da esfera identitária pessoal; b) identificar os tipos de sujeitos e c) Discutir os desdobramentos sociais de causa e efeito da violência de gênero, mas especificamente, o praticado contra mulheres. Como resultado, esperamos identificar os sujeitos se movendo de acordo com as situações as quais são impelidos, mostrando a nova dinâmica da modernidade líquida e as relações de poder que envolvem essa dinâmica.

## 1. Violência de gênero contra a mulher: breve histórico

Dentre os atos de violência previstos na constituição de nosso país, Brasil, como crime, a violência contra as mulheres encontra-se no lugar mais alto do ranking. As pesquisas apontam que, só no Brasil, 23% das mulheres estão à mercê da violência doméstica que, por sua vez, assume muitas formas – física, sexual, psicológica e econômica (MINISTÉRIO DA SAÚDE: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma Técnica, 2012). Essas formas de violência se inter-relacionam e afetam as mulheres desde antes do nascimento até a velhice.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2012) assume que essas estatísticas ainda não comportam toda a magnitude desse fenômeno, os poucos estudos realizados são por parte das organizações não governamentais mais precisamente na área de violência doméstica. Ou seja, existem muitas outras vítimas que não foram contabilizadas pelo sistema.

Esse tipo de violência é caracterizado pelos movimentos feministas como violência de gênero. Não poderemos falar de violência de gênero sem antes entender o que significa violência. Para tanto, recorreremos a Teles, no qual encontramos a seguinte definição:

Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES, 2012, p. 13)

Essa definição sobre violência servirá como bússola para esse artigo, pois mostra que não somente o uso da força física, mas também outros tipos de opressões são considerados como violência e danosos a integridade de uma pessoa. E que em se tratando da violência que se sustenta pela desigualdade produzida pelo gênero, a partir das relações de poder, ou seja, a dominação masculina atuando na/sobre a submissão feminina, podemos considerá-la como violência de gênero.

## 2. Violência de gênero contra a mulher: a mudança dos paradigmas em uma sociedade líquida<sup>1</sup>

A violência relacionada à mulher é uma das manifestações de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres. Durante muito tempo a mulher foi considerada como propriedade. Quando jovem, a mulher dada em casamento pertencia ao patriarca da família. Ou seja, ao se casar, ela passava a pertencer ao seu esposo.

A nomenclatura da violência de gênero, entendida como 'violência contra a mulher', foi trazida pelo movimento feminista nos anos 1970. (TELES, 2012). Atualmente, podemos encontrar a violência de gênero em outras camadas, como é o caso dos homossexuais, entretanto esse tipo de violência não nos interessa nessa pesquisa, uma vez que nosso corpus é composto por narrativas de mulheres em situação de violência.

Os avanços políticos, sociais e mesmo culturais muito devem aos movimentos feministas. Toscano e Goldenberg (1992) ao discorrerem sobre o movimento, apontam-no como ação organizada de caráter coletivo, que visava mudar a situação da mulher na sociedade eliminando as discriminações a que ela está sujeita, seu surgimento como movimento sólido na história da Europa Ocidental data a partir do século XVIII. Dentre os principais fatores que desencadearam o feminismo, temos: a corrida industrial, a expansão do capitalismo e a Revolução Francesa.

Aqui no Brasil, o feminismo teve sua maior expressão na década de 1970, mas isso não implica em dizer que ele ainda não seja operante. Temos diversas amostras de suas lutas pela abolição da desigualdade, pelo reconhecimento da construção social do

---

<sup>1</sup> O termo "modernidade líquida" advém de Bauman, que entende que a modernidade encontra-se em um estado de fluidez "que não fixa espaço nem prede o tempo", esse estado é "leve", "mutável".

gênero e pelas punições mais rígidas às agressões praticadas contra as mulheres em diversos episódios, tais como os congressos voltados para o tema, a caráter de exemplo, podemos citar o “fazendo Gênero” e movimentos de rua, como a polêmica “Marcha das vadias”.

Embora os recursos tenham aumentado e as conquistas tenham sido obtidas, mesmo que a duras penas, é crescente o número de casos de violência notificados nas Delegacias Especializadas em mulheres. Mesmo com os avanços tecnológicos, os progressos com relação aos direitos humanos, a discriminação ainda está presente em nossa modernidade, e conseqüentemente, a violência também.

Em 2006, o parlamento brasileiro criou a lei Maria da Penha,

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, – também conhecida como Lei Maria da Penha – cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo mudanças na tipificação dos crimes e nos procedimentos policiais e jurídicos. De acordo com o seu art. 9º, caput, “a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso”. Já o § 3º do art. 9º prevê que a assistência compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de anticoncepção de emergência, a profilaxia das DSTs/Aids e outros procedimentos em saúde necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

Essa lei visa proteger as mulheres dos abusos sofridos principalmente no âmbito doméstico, local de maior incidência de violência. Seu nome é em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso, mesmo depois de ficar paraplégica e enfrentando todas as barreiras burocráticas.

Depois de tantas lutas feministas, o conceito de violência de gênero contra a mulher previsto pela Constituição Federal do Brasil é de “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”(Art. 1º).

Por se tratar de uma definição ampla, o conceito abarca diferentes formas de violência contra a mulher, tais como:

- 1) A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei 11.340/2006);
- 2) A violência ocorrida na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar;
- 3) A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional).

No entanto, mesmo com os programas de conscientização e aparatos legais, muitas mulheres se sentem envergonhadas, oprimidas, mesmo incapazes de denunciar

seus agressores e sair da situação de violência. Nem todas as agredidas chegam a entrar na delegacia para prestar queixa o que torna a margem numérica de casos de violência de gênero contra mulheres maior que o registrado nas delegacias e juizados especiais.

Esse artigo se limitará a analisar a construção identitária dessas mulheres, através dos depoimentos feitos em Delegacias Especializadas em Mulheres. Os depoimentos aqui cedidos estarão sob o anonimato para preservar a identidade dessas mulheres, corajosas o suficiente para denunciar as agressões pelas quais passaram.

### 3 Algumas considerações sobre ASCD

#### 3.1 ASCD: caminhos para a mudança

Movida por uma busca de uma linguagem situada no histórico e no social, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (doravante ASCD) se dispõe a dialogar com estudos em outras áreas tais como a Sociologia, Psicologia, Etnografia, Comunicação, dentre outros, entendendo-se como interdisciplinar.

A interdisciplinaridade nela expressa, contudo, não lhe dá o status de melhor que as demais, nem lhe permite colocar-se como um aperfeiçoamento das abordagens com as quais dialoga, ao contrário, acaba por posicioná-la como um campo de estudo acessível, dinâmico, amplo o que proporciona uma forma diferente de teorização, análise e aplicação.

Edificada inicialmente como uma abordagem ligada à Análise Crítica do Discurso (ACD), ainda conserva em seu arcabouço orientações metodológicas advindas da ACD. Sua principal contribuição nos Estudos da Linguagem está justamente na mudança social e cultural. Seus estudos corroboram com as pesquisas em outros domínios, tais como a sociologia, com o sociólogo belga Bajoit (2008-2012), em uma consideração pelos estudos das Esferas Identitárias (pessoais e coletivas) dos Sujeitos e Estudos Culturais, Comunicacionais, e mesmo de cunho Feminista.

Numa busca por uma síntese do que seria a ASCD, encontramos a assertiva que melhor a define, extraída dos apontamentos de Pedrosa (2012a, p. 13):

A ASCD está fundamentada, principalmente, em áreas da Linguística (como exemplos: Linguística Sistêmico-Funcional, Linguística Textual) como compete a todas as pesquisas em ACD, para atender a demanda da materialidade linguística; recorre à Gramática Visual, para cobrir a multimodalidade do texto. Além disso, nasce conexa à Sociologia e mudança social (BAIJOT, 2008), traz para o seu quadro teórico a Comunicação para a Mudança Social (GUMUCIO-DAGRON, 2001, 2004; NAVARRO-DÍAZ, 2010) e os Estudos Culturais (MARTTELART, 2005; HALL, 2005). Tudo isso para analisar as mudanças sociais e culturais promovidas e vivenciadas pelo sujeito

Sua natureza transdisciplinar possibilita percorrer diferentes métodos e áreas, como pudemos verificar na definição de Pedrosa (2012). Embora esteja em fase embrionária, a ASCD possui vários trabalhos realizados a partir de suas propostas, dentre eles, artigos: "Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos" (2012), " (2012), "Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): caminhos de análises no campo da Análise Crítica do Discurso" (2012) e "Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social" (2012), dentre outros.

Teses e dissertações que a utilizam como base teórica, tais como a tese de Taysa Mércia dos S. S. Damaceno, “Sujeitos e Atores Sociais nas Representações Discursivas de Docentes da Rede Estadual de Ensino em Sergipe: Uma análise crítica em tempos de IDEB”; e a criação do site: [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br)

### 3.2 Esferas Identitárias: a lógica dos sujeitos na ASCD

O conceito de identidade está cada vez mais complexo, pois a construção da identidade em uma modernidade líquida, que encontra-se em constante mudança (no tempo, no espaço), não está mais estável, petrificada. Antes, encontra-se fragmentada, fluida, "transbordando", "escoando".

Isso nos coloca em um impasse, se a identidade não é mais "sólida", como mapear sua "fluidez"? Provavelmente, chegar a uma identificação de como se operam as dinâmicas desses sujeitos nos textos, poderá parecer demasiado desafiador. É nesse momento que nos valeremos dos conceitos da sociologia de Bajoit.

Ele nos direciona para a seguinte questão: “a identidade pessoal é resultado, sempre provisório e evolutivo, de um trabalho sobre si mesmo, que chamados de ‘trabalho do sujeito’, ou ‘gestão relacional de si’ ou também ‘trabalho identitário’” (BAJOIT, 2008, p. 158, grifo do autor), essa reflexão nos mostra que o processo identitário pessoal não se deixa "fechar" em uma formulação estática, ela envolve: realização pessoal, reconhecimento pessoal e consonância existencial (PEDROSA 2012).

A esse processo que entendemos ser "evolutivo", chamamos de "gestão relacional de si". Ora, não há uma identidade sólida, única, mas a existência de esferas maiores, esferas identitárias tripartidas que se montam por meio da gestão relacional de si, sendo elas: Esfera de Identidade Atribuída; de Identidade Comprometida e de Identidade Desejada. De maneira a melhor explicá-las, daremos um panorama geral de cada uma delas e de seus sujeitos, pois cada esfera, por sua vez, gera sujeitos diferenciados.

A primeira Esfera é a Atribuída que leva em conta as expectativas do sujeito em relação a si mesmo, ou as expectativas dos outros. Nela, temos três possíveis sujeitos: aquele julga que precisa atingir as expectativas do que os demais esperam dele, atuando como sujeito conformista; aquele que simplesmente não se importa com aquilo que o outro pensa, mesmo sabendo que isso lhe causará certa exclusão social, o sujeito rebelde; ou ainda, aquele que utiliza um pouco das duas condutas, o sujeito adaptador.

A segunda é a Esfera Desejada é reflexo da subjetividade, do que o indivíduo gostaria de ser. Para essa esfera, temos outros três sujeitos: o sujeito autêntico, ou seja, faz aquilo que deseja, desenvolvendo a ideia do que ele é em direção ao que ele quer ser; o sujeito altruísta, colocando-se à disposição dos outros, renunciando a si mesmo; ou ainda o sujeito estrategista que se coloca entre esses dois modelos.

Na conciliação das outras duas Esferas, temos a Comprometida. Os sujeitos dessa esfera são: aquele que é capaz de assumir suas condutas e posicionamentos, sem se importar com as possíveis consequências de sua ação, o sujeito conseqüente. Aquele que trabalha pelo que acredita valer a pena, sem medo de se "recriar", realizando a autocrítica, o sujeito inovador. E, por fim, o sujeito pragmático, que consiste em estar aberto a contribuições, adaptar-se às circunstâncias, procurando sustentar as ideias iniciais (BAJOIT, 2008, p.188-189).

Essas são as contribuições que as esferas identitárias e seus respectivos sujeitos terão para com a metodologia da ASCD que apresentaremos nessa investigação.

#### 4 Gramática Sistêmico Funcional: sistema de transitividade

Como dito anteriormente, no arcabouço das teorias com as quais dialoga a ASCD, temos a Gramática Sistêmica Funcional (GSF) que contribui com os sistemas de Transitividade e de Avaliatividade. No caso desse artigo, utilizaremos o sistema de transitividade com suas categorias de análise.

Ora, as categorias de análise da GSF pressupõem que "a linguagem, o texto e o contexto, juntos, são responsáveis pela organização e desenvolvimento da experiência humana" (Cunha e Souza, 2011). Essa afirmação corrobora com a visão social da ASCD e mostra-se imprescindível no momento de investigação dos depoimentos.

A GSF já vem sendo amplamente utilizada pela Análise Crítica do Discurso de Fairclough e de Van Leeuwen, principais abordagens desenvolvidas e seguidas no Brasil (PEDROSA...). Logo, não é recente utilizar a GSF de orientação Hallidayana como arcabouço na análise discursiva. Por se tratar de uma abordagem advinda da ACD, a ASCD também conversa com a GSF.

A GSF proporciona ao analista discursivo os subsídios linguísticos necessários para se debruçar sobre o texto. Isso se dá pela visão de que os estratos da linguagem são permeáveis ao social, diferente de outras gramáticas. Nas palavras de Halliday as línguas organizam-se em três esferas/estratos de sentido que são chamados de macrofunções ou metafunções, a saber: a ideacional, interpessoal e textual.

Esses estratos agem, concomitantemente, embora separados no momento de análise por uma questão didática, eles não podem ser entendidos separadamente. Halliday, ao falar sobre esses estratos, utiliza uma mandala com divisões feitas por cores, entretanto, essas cores se completam de tal forma que não dá para saber onde uma começa e a outra acaba.

As três metafunções e as instâncias de realização da linguagem podem ser visualizadas da seguinte forma:



Nesse artigo, utilizaremos basicamente o sistema de Transitividade, apenas por questões de organização. Esse sistema constitui um conjunto de significados da metafunção ideacional, ou seja, preocupa-se com a experiência em termos de configuração de processos, participantes e circunstâncias, por isso, a oração é vista como representação.

Pelo sistema de Transitividade, temos seis tipos de processos e cada um deles se associa a participantes específicos e circunstâncias variadas. No quadro abaixo temos uma síntese desses processos e participantes.

Processo	Significado	Participantes obrigatórios	Participantes opcionais
Material	Fazer, acontecer	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional: Atributivo Identificador	Ser Classificar Definir	Portador e Atributo Característica e Valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e Verbiagem	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar -se	Comportante	Behavior

(Quadro 3, *Processos, significados e participantes*. CUNHA & SOUZA, 2011:76)

À priori, esses processos auxiliam para que identifiquemos as esferas identitárias que aparecem com maior intensidade no texto. Sendo assim, ater-nos-emos basicamente aos processos e participantes, com ligeiras pinceladas nas circunstâncias que são: de Extensão, de Causa, de Locação, de Assunto, de Modo, de Papel e de Comportamento.

5 Análise dos dados: os caminhos da linguagem para entender o evento social.

Os dados utilizados nessa análise são fragmentos de depoimentos dados a ONG brasileiras. Por serem textos retirados dos sites oficiais dessas ONG, não há como saber se os nomes são reais, entendemos que por uma questão de preservação das vítimas esses nomes foram alterados, em todo caso, optamos por suprimir os nomes mantendo o anonimato. O texto foi alterado apenas no local do nome da vítima, que foi substituído por um número.

Essas narrativas não nascem do acaso, as pessoas narrativizam suas experiências particulares geralmente quando há uma ruptura entre o ideal e a realidade, self e a sociedade (DE CONTI, 2005), ou seja, ela idealiza uma vida em perfeita harmonia com o mundo exterior, seus parentes, seus vizinhos, seu mundo; no momento em que essa harmonia é quebrada de alguma forma, ela sente a necessidade de verbalizar os acontecimentos na esperança de explicar para si e para os outros o que lhe aconteceu, como aponta Bajoit (2008).

As narrativas são fruto, portanto de tensões relacionais de si, como aborda Bajoit (2008) e podemos notar essa tensão através da materialidade linguística, dos processos, participantes e circunstâncias em que esses processos estão inseridos.

Vejamos os enxertos e os elementos destacados em *itálico*:

Narrativa 1:

Eu *apanhava* todos os dias. A agressão era física e psicológica. Ele *me ameaçava* o tempo todo. Se eu não parasse de gritar, ele *me mataria*. E ele *tinha* uma arma em casa. Teve um dia que ele *me agarrou* de bruços na cama, *passou* o braço pelo meu pescoço e *se deitou* sobre mim com toda a força, *fiquei* sem respirar e com a coluna quase fraturada. *Fiquei* com marcas roxas pelo corpo inteiro. E o pior: meus filhos *assistiam*

tudo o que ele *fazia* comigo.

Como na maioria dos depoimentos de mulheres que sofrem agressão, a narrativa na vítima número 1, tem a presença forte do agressor, entretanto, ela coloca como principal ator dos processos o agressor, no caso, seu esposo, ficando sempre em segundo plano, mesmo em uma narrativa que foca sua vida particular.

Além de processos materiais, o agressor também é o dizente nos processos de dizer, restando à vítima os processos relacionais “ficava”. Não há uma ação, uma tentativa, pelo menos não nessa narrativa particular, de se rebelar contra o sistema opressor.

A vítima não consegue se posicionar como “agente” de sua própria história cabendo a ela apenas o papel secundário, aquele que sofre as ações. Constitui-se então, uma narrativa de desistência.

Vemos que a primeira narrativa está na esfera atribuída, e notamos que existe uma forte presença de um sujeito conformista, incapaz de rebelar-se, aceitando as regras que lhe são impostas, apenas em um momento notamos uma tentativa de rebelar-se, quando a vítima declara que gritava, mas seus gritos eram abafados pelo medo das ameaças de morte.

A circunstância dos processos também merece destaque, a vítima deixa claro que eram “todos os dias”. Ela ainda acrescenta que era na presença de seus filhos o que mostra ainda mais a fragilidade da vítima, seu sentimento de impotência diante dos fatos, mesmo que sua vontade fosse que aquilo não acontecesse “e pior”, ela não se sentia capaz de mudar o rumo dos acontecimentos. Vejamos agora a narrativa 2.

#### Narrativa 2:

Quando me casei, *larguei* meu trabalho para *ser* secretária do meu marido. Em 2004, depois de dez anos de casada, *descobri* que ele tinha um caso com uma garota de 16 anos. *Pedi* a separação. Ele *não aceitou* e começamos a ter brigas cada vez mais sérias, até o dia em que ele *me derrubou* com um tapa. Como foi a primeira vez, *fiquei calada*. Mas aí começou uma fase de violência física constante, e depois de muito *apanhar resolvi* registrar queixa na Delegacia da Mulher. O mais triste foi quando minha filha (de outro casamento) revelou que meu marido a molestava. *Consegui* na Justiça a separação de corpos e em seguida ele levou todos os móveis da casa. Depois de tudo, eu *fui* a única que ficou presa. Tenho medo de sair de casa e de que aconteça algo comigo e com minha filha. O mais chocante é que ele é um arquiteto e urbanista, com pós-graduação, que não fumava, não bebia, não se drogava. Era um marido exemplar.

A segunda narrativa, diferente da primeira, mostra um sujeito mais consciente de seu lugar no mundo, a maioria dos processos advém da vítima que se rebelar contra o sistema (sujeito rebelde, esfera atribuída) ela é capaz de mudar seu primeiro estado após perceber que a situação inicial não está lhe trazendo o prazer e segurança devidos.

Além da esfera atribuída, percebemos que a esfera desejada se revela no sujeito estrategista. Ela sabe o que deseja para si, entretanto é consciente de que o sistema lhe oprime a não alcançar o que deseja então tenta operar entre essa tensão do “ser ou não ser”.

Também há a presença da esfera comprometido, no sujeito pragmático, aquele busca “adaptar-se às circunstâncias, procurando sustentar as ideias iniciais”. Mas uma vez lembramos que essas esferas não estão em luta, elas se misturam e caminham juntas.



Na primeira narrativa vemos uma contribuição maior da esfera atribuída, enquanto que as outras estão mais desfocadas, ou seja, não estão linguisticamente marcadas naquele momento, o que não significa que elas não existam.

#### Narrativa 3:

Eu *tinha* só 14 anos quando a gente se conheceu e ele *sempre teve* muito ciúme. É até engraçado, porque o famoso e bonito era ele. Mas o fato é que desde o início do meu casamento volta e meia os desentendimentos terminavam em violência física. A gente se separava e depois voltava. Passei muito tempo *evitando* enxergar, acreditando no amor, tentando preservar a família. O Kadu é um ótimo pai, do tipo que acorda cedo para fazer vitamina para as crianças, ajuda a fazer o dever de casa. Eu *não queria* privar os meninos dessa convivência, mas hoje *consigo enxergar* que isso foi um erro. Numa situação de violência a auto-estima fica lá embaixo, você não consegue produzir nada, só uma fantasia de que aquilo tenha algum futuro. Acaba se prejudicando e também prejudica a família. No Carnaval, quando ele *me bateu*, acabei *explodindo* e expondo todo mundo exatamente da maneira que sempre *lutei* para evitar

Assim como a segunda narrativa, a narrativa 3 também tem a participação maior da vítima nos processos, embora o agressor também apareça.

Assim como a segunda narrativa, a narrativa três são exemplos de mulheres que lutaram por sair do ciclo de violência se rebelando contra o regime opressor e se colocando como agentes de sua própria história.

É importante ressaltar que os depoimentos colhidos na rede, nos sites dessas ONG que trabalham dando informação e apoio as vítimas de violência de gênero contra mulher, mostram dois tipos de narrativas, o primeiro é um depoimento derrotista, muito parecido com a primeira narração analisada aqui, em que o centro da narração é o agressor, esse tipo de narrativa é considerado, na ASCD, como de “desistência”, pois não visa uma mudança, apenas um alívio através da verbalização; enquanto que as narrativas 2 e 3 que assumem que é preciso mudar a história são chamadas de narrativa de “perseverança ou de compensação”.

## 6 Uma tentativa de fechar a discussão

A violência contra a mulher continua sendo uma sombra negra e espessa sobre os avanços em nossa sociedade. Mas, os estudos nas áreas das Ciências Humanas vêm tentando estudar o fenômeno, descrevendo-o, analisando-o com a expectativa de que suas contribuições possam colaborar na erradicação desse mal.

As articulações entre a GSF e a ASCD possibilitam uma investigação da materialidade linguística socialmente situada. Por esse motivo, percebemos que um estudo sobre a linguagem pode ser um dos caminhos para entender tal fenômeno. Destacamos a importância dos processos para entender, na materialidade linguística, a construção identitária tripartida (esferas identitárias).

Colocamos ainda um ponto que merece aprofundamento: a necessidade de uma investigação também na metafunção interpessoal, através da Avaliatividade, que ficará para um próximo momento.

Por fim, entendemos que não há pesquisa esgotada, sempre há algo novo a se dizer. Esse construto identitário encontra-se em constante processo de “evolução”, talvez por ser fruto de uma modernidade Líquida, ou por ser inerente ao ser humano com toda a sua subjetividade.

## Referências

- BAJOIT, Guy. El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas. Madrid: Siglo, 2008.
- \_\_\_\_\_. La tiranía del “gran d ISA”. Rev Cultura y representações sociais. Ano 3, No 6, março de 2009, p. 9-24. Site: [www.culturayrs.org.mx/revista/.../Bajoit.HTML](http://www.culturayrs.org.mx/revista/.../Bajoit.HTML)
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2001.
- CUNHA, M. Angélica Furtado; SOUZA, M. Medianeira de. Transitividade e seus contextos de uso. São Paulo: Cortez, 2011.
- DE CONTI, L. O Estudo das Narrativas Biográficas em Psicologia e suas Implicações Metodológicas. [http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Luciane%20De%20Conti%20\(UFPE\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Luciane%20De%20Conti%20(UFPE).pdf) Acessado em 14/09/2014.
- PEDROSA, Cleide Emília Faye. Proposta teórica da Análise Crítica do Discurso: contribuição dos estudiosos na área. CD-Room do Seminário de Análise de Discurso Crítica, UFC: Fortaleza, 2010, p. 78- 95
- \_\_\_\_\_. Análise Crítica do Discurso: introdução teórica e perspectivas de análise. IN: \_\_\_\_\_. Análise Crítica do Discurso uma Proposta para a Análise Crítica da Linguagem. [www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm](http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm), acessado em 07/09/2011
- \_\_\_\_\_. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos a. [www.ascd.com.br](http://www.ascd.com.br), acessado em 19/10/2012.
- \_\_\_\_\_. Proposta da abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD). b <http://www.ascd.com.br>, acessado em 19/10/2012.
- \_\_\_\_\_. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) e posicionamento acerca do sujeito, 2012 c. <http://www.ascd.com.br>
- \_\_\_\_\_. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) e o quadro identitário. d 2012 b <http://www.ascd.com.br>, acessado em 19/10/2012.
- \_\_\_\_\_. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): por uma definição dos conceitos e categorias. 2012 c. Encontro do Grupo de Pesquisa GETED, linha: Análise Crítica do Discurso, UFRN, 29 de Fevereiro de 2012.
- PEDROSA, Cleide et al., Caminhos teóricos e práticos em análise crítica do discurso. Minicurso apresentado no XIV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, UERJ, Rio de Janeiro, 23-27 de agosto de 2010. Disponível em [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br).
- TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma Técnica, 2012. Acesso em 12/09/2014:
- <http://ongmarias.blogspot.com.br/2009/11/vitimas-de-violencia-domestica-dividem.html>
- <http://acaofeminina.blogspot.com.br/2010/06/depoimentos-reais-de-vitimas-de.html>